

Quando a rua é sala de aula

FEV 1989

Educacão

Quando a administração "democrática e popular" de d. Luiza Erundina comemorou o primeiro ano de gestão, as conquistas da área educacional mereceram o maior alarde na publicidade oficial dos atos da Prefeitura do Município de São Paulo. Qualquer crítica à administração deixava de ter sentido uma vez que os professores, conforme se dizia, "tiveram aumento real" de salários, e além do mais se registrava uma "ostensiva melhoria das condições de trabalho": "26 escolas reformadas e 9 em construção", o que significava "mais do que nos três anos" da administração anterior. Por último, anotava-se que ocorreria uma real "ampliação da rede escolar", com perto de 40 mil novas matrículas. Na versão oficial, a Educação transformaria-se na ilha de excelência do primeiro ano da tumultuada gestão Erundina na cidade de São Paulo. Para sorte da prefeita, o aniversário da administração transcorreu no período das férias escolares... Com o começo das aulas na Rede Municipal de Ensino se pôde conhecer melhor esta "ilha" de excelência da administração petista.

E a imagem não poderia ser mais desconcertante: para mais de cem crianças da Escola Municipal Gabriel Prestes a rua era a

sala de aula! Depois de oito dias sem aula — porque o prédio escolar está ocupado por famílias de desabrigados das enchentes de dezembro! — as mães das crianças, cansadas das promessas oficiais, arrastaram carteiras e montaram na rua o local de aula para seus filhos. Mostraram assim o outro lado da administração "popular e democrática" paulistana. Nem se pode falar de protesto porque nenhuma autoridade municipal compareceu para ouvi-lo. Além do mais era evidente que professores e direção da escola não se opunham à exigência das mães de que a escola fosse devolvida a seus legítimos donos, as crianças. "Eles têm razão", era o comentário dos envergonhados ocupantes do prédio escolar, 16 famílias "provisoriamente" instaladas na escola há mais de 50 dias.

É sempre bom lembrar que uma áurea cerca a Secretaria da Educação do Município de São Paulo. A indicação do festejado educador Paulo Freire para o cargo era o sinal de que "radicais" transformações aconteceriam no ensino municipal de São Paulo. A primeira destas transformações ficou por conta da mudança do nome das delegacias de ensino do Município, uma vez que o professor Freire considera a denomina-

ção delegacia "autoritária"; outra mudança diz respeito à forma como os alunos da Rede Municipal devem ser obrigatoriamente chamados: *criança popular*, uma vez que o secretário também considera qualquer outro nome "pejorativo". Quanto à qualidade de ensino, depois de um ano de muitas discussões, surgiu uma proposta pedagógica *nova* para as "crianças populares": a interdisciplinaridade, em que crianças da terceira série do primeiro grau passam a aprender a multiplicar e dividir a partir de discussões sobre o tema trabalho. Sem dúvida, se poderia dizer que a última grande mudança radical da Educação paulistana — sob a batuta petista — foi a sala de aula em plena rua...

Em janeiro deste ano, a população de São Paulo soube por entrevista de sua prefeita que até outubro de 1989 a cidade merecerá de sua administração municipal um investimento muito modesto, NCzs 183 milhões, principalmente quando comparado, por exemplo, com os NCzs 2,6 bilhões investidos na administração anterior ao longo do exercício de 1988. Muitas desculpas justificam esses números, mas entre elas a única que não é lembrada — nem mesmo a senhora prefeita ousa fazê-lo — é que os impostos não foram conve-

nientemente reajustados! Como sempre acontece, os paulistanos continuam trabalhando e recolhendo seu imposto. No entanto, nos dias atuais, o mais profundo mistério cerca o destino desse fabuloso montante de recursos. Como é sabido, enchentes e desabrigados acontecem há muito em São Paulo, e a cidade sempre produziu o suficiente para gerar a solidariedade necessária a essas vítimas sem recorrer à ocupação definitiva de escolas!

Se os recursos existem, se a solução do problema não é impossível, se as águas não subiram ontem, a única justificativa possível para o que está acontecendo é que sobra incompetência administrativa. E quem paga a conta é o aluno da Rede Municipal, que ganhou a denominação de criança popular mas perdeu seu espaço: a sala de aula. A prefeita Luiza Erundina gosta muito de proclamar que a maior obra de seu primeiro ano de gestão foi a "democratização da escola", uma vez que quando "há vacância" do cargo, diretores podem ser eleitos "pela comunidade". No caso da Escola Municipal Gabriel Prestes, não seria oportuno colocar a urna na rua para que os pais das crianças pudessem opinar sobre a administração de sua cidade?